

ARTIGOS



**A vida urbana
emerge em África¹**



Bill Freund

Universidade de KwaZulu-Natal

TRADUÇÃO:

Ana Mazzolini
ONU-HABITAT

Céline Veríssimo
¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA,
PPGPPD e CAU / UNILA, DAMG / UPT

A vida urbana emerge na África

Resumo

Este texto faz a introdução do livro *The African city: a history* publicado em 2007 e é, desde então, um marco sobre a história das cidades em África. Neste artigo, Bill Freund defende e mostra que a urbanização africana tem origem pré-colonial, desconstruindo o mito de que a cidade é uma invenção europeia, acrescentando, ainda, que “África é o cenário ideal para estudar os primórdios da urbanização”. O autor segue explicando a gênese sagrada da cidade africana pré-colonial, cuja importância superava de longe a dimensão económica. Freund dá-nos uma ideia das cidades nas várias regiões do continente, desde antes dos faraós do antigo Império Egípcio até ao séc. XX, com base numa rica e crítica informação obtida de várias fontes e de variadas épocas, embora na sua maioria de autores europeus, inclui autores africanos importantes, aborda muitas questões e reforça que o futuro das sociedades e das culturas africanas provavelmente passará muito pelas cidades (Por não haver resumo no texto original, este foi feito pelos editores).

Palavras-chave: cidades africanas, história das cidades, África pré-colonial, espaços sagrados, urbanização.

Emerge la vida urbana en África

Resumen

Este texto presenta el libro *La ciudad africana: una historia* que fué publicado en 2007 y ha sido, desde entonces, un hito en la historia de las ciudades de África. En este artículo, Bill Freund defiende y demuestra que la urbanización africana tiene orígenes precoloniales, deconstruyendo el mito de que la ciudad es un invento europeo, añadiendo que “África es el escenario ideal para estudiar los inicios de la urbanización”. El autor continúa explicando la génesis sagrada de la ciudad africana precolonial, cuya importancia superó con creces la dimensión económica. Freund nos da una idea de las ciudades en las diversas regiones del continente, desde antes de los faraones del antiguo imperio egipcio hasta el siglo XIX. XX, basado en una rica y crítica información obtenida de varias fuentes y de diferentes épocas, aunque en su mayoría de autores europeos, incluye importantes autores africanos, aborda muchos temas y refuerza que el futuro de las sociedades y culturas africanas probablemente pasará mucho por las ciudades. (Al no existir un resumen en el texto original, éste fue realizado por los editores).

Palabras clave: Ciudades africanas, historia de las ciudades, África precolonial, espacios sagrados, urbanización

Urban life emerges in Africa

Abstract

This text introduces the book *The African city: a history* published in 2007, which has been ever since, a landmark on the history of cities in Africa. In this paper, Bill Freund defends and shows that African urbanization has pre-colonial origins, deconstructing the myth that the city is a European invention, adding that "Africa is the ideal setting to study the beginnings of urbanization". The author expands further to explain the sacred genesis of the pre-colonial African city, whose importance far surpassed the economic dimension. Freund gives us an idea of the cities in the various regions of the continent, since before the pharaohs of the ancient Egyptian Empire until the 20th century, based on a rich and critical information obtained from several sources and from different times, although mostly from European authors, includes important African authors, addresses many issues and reinforces that the future of African societies and cultures will probably pass a lot through cities (Since there is no abstract in the original text, this was done by the editors).

Keywords: African cities, history of cities, pre-colonial Africa, sacred spaces, urbanization.



No prefácio de meu livro e, implicitamente, no título deste artigo, sugiro que as cidades evoluem. Na análise que se segue, adoto um modelo essencialmente evolutivo. É possível argumentar, mais precisamente, que existem, ou existiram, tipos exclusivamente africanos de cidades, antes da incorporação da África nos sistemas-mundo com amplas redes económicas e estruturas culturais urbanas predefinidas, como uma declaração cultural sobre africanidade. No entanto, aqui, o pressuposto é que existem várias razões pelas quais a vida urbana emerge em qualquer lugar: razões de carácter ambiental, ritual, político e económico, cada qual será examinada com maior detalhe. Isso seria uma verdade para qualquer grande área no mundo e, até um certo ponto, poderia compreender combinações muito diferentes e bastante únicas. Este livro [*A Cidade Africana: uma história*] irá enfatizar que o modelo urbano evolutivo precisa de ser substancialmente modificado, através da integração de elementos anteriores ao desenvolvimento urbano mais recente, da mesma forma que as formas de assentamento rural podem ser levadas para modos de vida urbana. As cidades antigas são inevitavelmente acumulações com camadas que sobrevivem do seu passado cultural, quando não físico. A divisão desta história urbana africana em capítulos, que observam o impacto da assimilação, nos primórdios de uma economia mundial, do colonialismo e do cenário pós-colonial, busca dar índole à mudança evolutiva, mas isto não significa sugerir que não existem continuidades de uma fase para outra.

África é um cenário ideal para estudar os primórdios da urbanização. Em muitas regiões do continente africano, o surgimento de novas cidades pertence a um registo histórico relativamente recente, enquanto que um número considerável de escavações arqueológicas foi pensado para tentar identificar a natureza da vida urbana

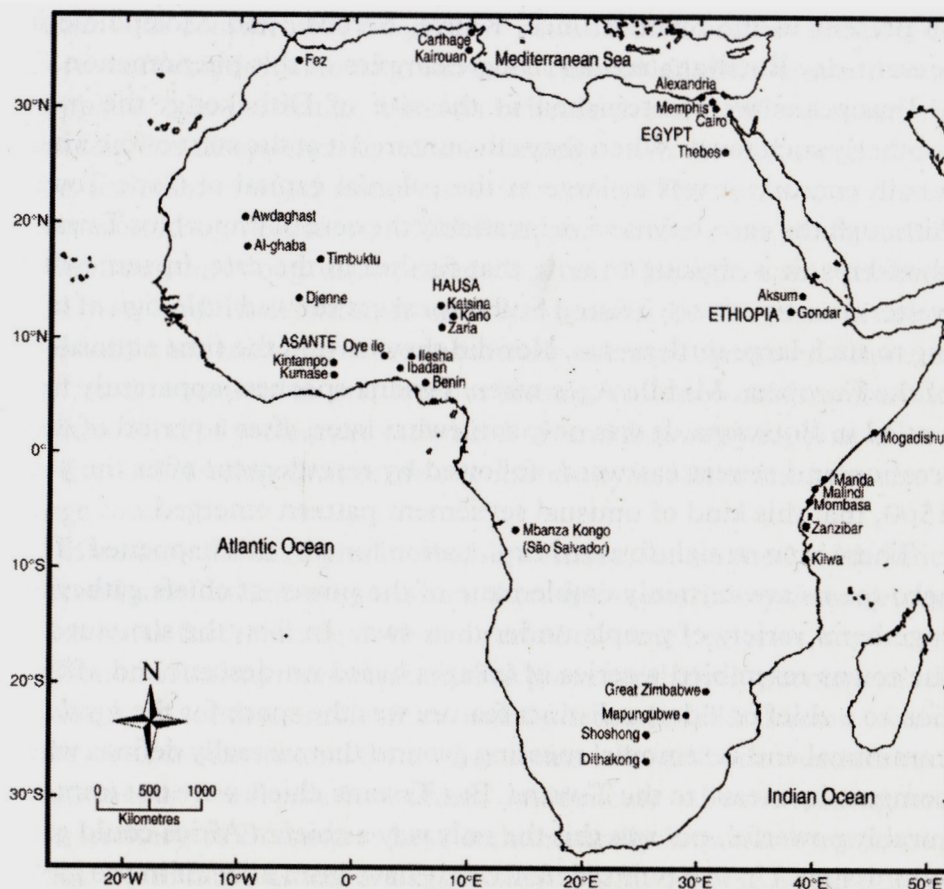
LAJE

n. 1
p. 104-147
2022

ISSN: 2965-4904

no passado, vendo como, quando, e porque se desenvolveu. Este artigo considera a informação disponível acerca dos primórdios da urbanização no continente e destaca o que podemos supor sobre cidades, nas diferentes fases do seu desenvolvimento. Isso implica dar alguns grandes saltos, em termos de distância, entre tempos e lugares.

Este artigo não segue uma ordem cronológica. As suas primeiras páginas mover-se-ão espacialmente para norte e concentradas nos diferentes tipos de assentamentos urbanos anteriores, assentamentos com poucas evidências de influência externa a África. Tais tipologias estão longe de serem mutuamente exclusivas, mas os exemplos dados tencionam destacar aspectos específicos, de uma forma mais clara. Em termos de janela temporal, voltaremos até cinco mil anos para trás, para o Antigo Reino do Egito - mas, onde tais assentamentos mostram pouca evidência de influência das redes globais cada vez mais comercializadas em contacto com o Ocidente, alguns dos meus exemplos são de data relativamente recente, incluindo o primeiro que irei dar.



Mapa 1 - Antigas cidades africanas.

O modo como um dos autores citados abaixo, o antropólogo John Peel (1983), escreveu sobre os grandes assentamentos urbanos Yorubá do sudoeste da Nigéria, particularmente sobre como poderiam ter sido antes do século XIX, parece frequentemente desafiar a simples categorização de continuidade rural-urbana (PEEL, 1983). A ligação entre os lugares urbanos aqui discutidos, deve ser entendida como *conceitual* em vez de *linear*, para fazer justiça à estrutura de ideias que se segue nas próximas páginas. Assim, iremos frequentemente questionar o porquê e até que ponto estes lugares eram urbanos. Iremos percorrer uma série de sequências descritivas, antes de fazer um balanço, ao examinar os tipos de estruturas urbanas como um todo. É importante reforçar que, se essas estruturas não abrangem certos critérios contemporâneos sobre como uma cidade deveria ser, tais assentamentos não devem ser descartados, mas sim acolhidos com interesse pelas suas configurações únicas e contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade.

Na segunda metade do artigo a narrativa chegará mais perto de seguir uma ordem convencional no tempo, e as principais influências externas assimiladas em experiência africana - grega, púnica, romana e islâmica, assim como sistemas-mundo subglobais iniciais - serão trazidas. Neste ponto, o carácter urbano torna-se incontestável: a economia tornou-se mais variada e envolveu uma especialização intensificada. A vida urbana dependia de excedentes agrícolas sistemáticos, provenientes de fora, definindo parcialmente as relações urbano-rural. Uma definitiva e distinta cultura urbana emergia dentro do sistema. Fosse por incorporação, conquista ou outros meios de mudança, isto fez com que se desse uma mudança evolutiva no Norte de África nos três primeiros casos e, muito mais amplamente, no quarto. As características urbanas típicas destes sistemas serão destacadas nas descrições da segunda metade do artigo.

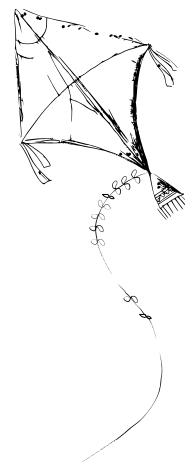
Na verdade, começaremos num ponto bastante tardio da janela temporal. Na África Austral - a extremidade ocidental onde os agricultores de língua bantu se estabeleceram no que hoje é o Botswana - existiam, há vários séculos, aglomerações humanas surpreendentemente grandes. Cientistas sociais contemporâneos, especializados no estudo dessa região, chamaram essas aglomerações de "agro-cidades". Estas agro-cidades poderão ter contido entre dez a vinte mil pessoas, antes da invasão colonial, embora as evidências também sugiram que elas se tenham expandido substancialmente no âmbito das condições inseguras e instáveis do século XIX. Shoshong, a capital do estado Ngwato do século XIX, pode ter atraído trinta mil pessoas, embora raramente se concentrassem todas ao mesmo tempo na cidade. As agro-cidades de

Kanye, Serowe e Molepolole, no Botswana de hoje, são exemplos remanescentes deste fenómeno.

Os europeus ficaram surpreendidos com o tamanho de Dithakong, a cidade mais a sul da região. Quando a encontraram, no início do século XIX, era tão grande quanto a capital colonial da Cidade do Cabo. Apesar das agro-cidades terem sido invariavelmente o núcleo de importantes chefias tswana, é incrível notar que, mais adiante a oriente, num país bem mais húmido, falantes da língua sotho, próximos dessas chefias, deram pouco sinal de adesão a grandes assentamentos. Nem existiam, na época equivalente à Idade Média europeia, quando os falantes de tswana aparentemente se começaram a estabelecer no Botswana. Foi um pouco mais tarde, após um período de definhamento e recuo para oriente, seguido por reassentamento depois do ano de 1500, que este tipo de padrão incomum de assentamento surgiu.

Não há uma explicação direta para o que aconteceu. As agro-cidades são certamente emblemáticas do poder de chefes, reunindo uma variedade de pessoas sob o seu domínio. Na verdade, a estrutura das cidades assemelhava-se a um conjunto de aldeias, com base na descendência e afiliação a um chefe ou ancião. Uma característica peculiar era o espaço para o *Kgvdla*, um local de encontro comunitário e cerimonial que simbolicamente define o que o termo *comunidade* significa para os tswana. Contudo, os chefes tswana não eram incomensuravelmente poderosos, nem era esta a única maneira de um chefe em África conseguir obter submissão. Em certa medida, a necessidade de defesa pode ter sido um fator para que se reunisse um grande número de pessoas. O tamanho de uma população aglomerada num campo aberto representa um formidável impedimento para qualquer tipo de invasão. Da mesma forma, a concentração estava certamente relacionada a escolhas ecológicas. Um bom abastecimento de água e a presença de uma colina proeminente, eram as características típicas dos grandes assentamentos. De forma alguma, porém, a economia tswana poderia ser considerada tão rica ao ponto de apoiar a urbanização no sentido de um excedente que pudesse sustentar muitos produtores não-agrícolas. Os membros da família, principalmente as mulheres, tiveram de espalhar-se de maneira dispersa no território, para cultivar e colher alimentos. Os homens jovens passavam a maior parte do tempo a viver em postos de gado, mantidos a uma longa distância da cidade, muitas vezes em terras demasiado secas para suportar agricultura.

A concentração criou problemas e, como resultado, até as mudanças dos séculos XIX e XX, que atribuíram propósitos comerciais e administrativos às cidades, que nunca antes tinham desfrutado, morreram todas passado algum tempo. Nas palavras



de Neal Parsons (1982), a dimensão das cidades tswana acelerou o curso de um ciclo, exatamente como aquele conhecido pelas aldeias, onde a cidade teve que ser transferida e a população deslocada muitas vezes, com considerável frequência. A urbanização tswana promoveu um "ciclo de esgotamento das pastagens locais, dos solos cultiváveis, da madeira e dos suprimentos de água" (PARSONS, 1982, p. 120). Em particular, Parsons acredita que a eflorescência e o subsequente desaparecimento da cidade tswana estejam proximamente correlacionados ao esgotamento dos recursos de madeira nas imediações. Foi assim que Shoshong morreu para ser substituída por Phalatswe - Palapye Velha - no final da década de 1880. A cidade de Dithakong já tinha desaparecido há muito tempo. A estrutura da agro-cidade não se podia prestar sem estímulos externos para o surgimento de atividades económicas que eram de carácter especificamente urbano. No entanto, precisamos respeitar como uma faceta da evolução humana, este raro, mas não único, tipo de preferência, por um povo de pastores e camponeses, em escolher viver e desenvolver o próprio sentido de comunidade, em assentamentos do tamanho de grandes cidades.

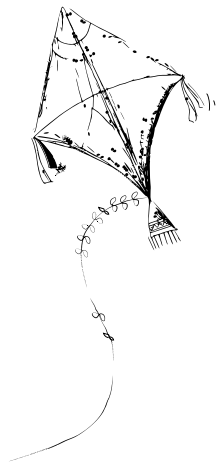
Se procurarmos analogias no Sul de África, por um padrão que configure o da urbanização tswana, existe uma possibilidade que vem de trás, num tempo muito mais remoto. Durante um período de alguns séculos, a construção em pedra, de uma natureza impressionante, teve lugar em assentamentos relativamente permanentes no centro-sul de África, principalmente no moderno Zimbabué - cujo nome moderno deriva do que parece ser uma palavra shona para tais assentamentos (*madzimbahwe*, i.e. residências dos chefes) - mas estendendo-se até o território do Botswana. Na verdade, construções de pedra menos impressionantes, do ponto de vista arquitetónico, foram realizadas extensivamente em toda a região de planalto Highveld Sul-Africano, com continuidade até recentemente. A maioria desta construção é acompanhada por traçados de povoações e aldeias relativamente pequenas, mas nem todas. Algumas marcam claramente comunidades bastante grandes. O local mais antigo associado a este padrão construtivo situa-se em Mapungubwe, na província de Limpopo da África do Sul, perto do rio com o mesmo nome. Mapungubwe é um local de colina com alguns túmulos impressionantes e belos objetos de arte, que podem ser associados ao início do comércio de ouro com o litoral, há mais de mil anos atrás. A residência de uma família real ou clã no topo da colina é outra característica notável. Mas enquanto comunidade urbana, parecem ter sido bastante pequenas e limitadas.

Mais para norte estão as ruínas do que chamamos de Grande Zimbabué, não muito longe da moderna cidade de Masvingo, no Zimbabué. Aqui, existem ruínas estetica-

mente incríveis - uma maravilhosa torre circular, muros altos, por vezes moldados para permitir a construção por etapas, padrões de parede ornamentadas, mostrando um incrível trabalho de mão-de-obra, construída acima do vale, numa colina que os primeiros arqueólogos chamaram de Acrópole, onde os bens necessários para a vida quotidiana teriam de ter sido levados, laboriosamente e diariamente, por carregadores. Há muito que nada sabemos sobre estas ruínas, mas existem alguns aspectos relativos a Zimbabué, em que os cientistas parecem concordar. Um deles, é que o vale continha uma densa comunidade de casas construídas com barro e madeira - no seu auge, muitas delas eram rebocadas - onde outrora as pessoas viviam. Até quinze mil dessas pessoas podem ter sido moradores de uma vez só, num assentamento cuja área seria de setecentos hectares (Huffman, 1996, p. 125). O autor David Beach (1984) imaginou isto como "uma grande massa de cabanas lotadas que se espalhavam pelo vale entre os pântanos e subindo as encostas em terraços... basicamente uma construção de meados do século XIII ao XIV." (BEACH, 1984, p. 25). As ruínas de pedras, certamente não eram casas. Os muros, de pouca utilidade para defesa, poderiam, ter servido para limitar algumas atividades, talvez ofícios sagrados, da população.

Nunca saberemos exatamente para que propósito serviam as diferentes estruturas. O arqueólogo Tom Huffman (1996) deu uma série de sugestões criativas, com base no seu estudo da iconografia sagrada das pessoas da língua venda, que atualmente vivem no lado sul da fronteira, na África do Sul e que podem potencialmente deter muito mais da antiga cultura do Grande Zimbabué do que as pessoas que vivem atualmente perto das ruínas (HUFFMAN, 1996). Pelo menos sugerem um elemento adicional que precisamos considerar, a importância do sagrado: os locais urbanos podem servir de posicionamentos ideais para cerimónias e atividades que ligam as pessoas aos antepassados e aos deuses, de uma forma que vai tecendo a malha que une pessoas e forma comunidade. O elemento sagrado teve, por vezes, claramente um significado real para explicar as raízes da aglomeração urbana e pode ter sido, neste caso, o principal elemento. Se Huffman estiver certo, as atividades sagradas relacionadas com uma poderosa dinastia, ou dinastias, de chefes, foram mais importantes do que qualquer impulso económico para esta grande comunidade, que era comparável, em dimensão, às grandes agro-cidades tswana.

Os historiadores sentem-se confiantes que o Grande Zimbabué foi o centro de um estado que comercializava ouro com a costa do oceano Índico, e que era uma cidade efetivamente ligada por um cordão umbilical a Kilwa, que controlava esse comércio durante o seu auge, e que era a mais impressionante comunidade urbana que se



desenvolveu na costa da África Oriental, antes da chegada dos europeus. Veremos a cidade de Kilwa mais adiante neste artigo. Contudo, embora existam vestígios de comércio de longa distância nas ruínas do Grande Zimbabué (contas indianas, uma tigela persa, porcelana chinesa), detém uma qualidade estranha – fragmentos de cerâmica e moedas, em vez de provas de um verdadeiro quarteirão comercial ou de qualquer lugar indicador de uma intensa atividade comercial. O declínio desse notável assentamento pode estar relacionado com mudanças substanciais no comércio do ouro, embora não seja consensual entre os cientistas. Nem é claro como o comércio de ouro teve influência no fortalecimento do poder político na região.

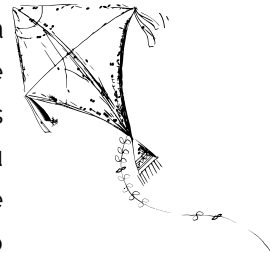
De forma geral, os cientistas concluíram que a grande concentração populacional no Grande Zimbábue, apesar de todo o esforço humano que foi feito para edificar as suas pedras, se tornou insustentável depois de algum tempo, tal como foi com as agro-cidades tswana. O vale onde as ruínas estão situadas parece ter-se tornado improdutivo para agricultura, devido ao cultivo intensivo e/ou a mudança climática. Foi abandonado por volta do 1450, depois de talvez duzentos anos de ocupação, e nenhuma comunidade de outro tamanho voltou a estabelecer-se naquele lugar. Qualquer que seja a causa ambiental que possa ter levado ao assentamento inicial neste lugar - se é que existiu - terá sido passageira.

Existem inúmeras outras ruínas semelhantes na região, muito mais a oeste, nas áreas mais secas de Matabeleland e no norte do Botswana, mas nesses lugares a construção em pedra não foi tão extensa ou impressionante, e a escala dos assentamentos era menor. David Beach (1984) sugere que estas eram dissidências culturais, talvez estabelecidas por ramos fragmentados de famílias de chefes, com cada vez menos riqueza ou ligação com o comércio exterior. Essa hipótese parece ainda mais válida no caso das capitais de chefia shona, descritas por visitantes portugueses do século XVI, geralmente localizadas mais a norte. A dinastia Mutapa construiu muitas cidades barricadas com pouca ou nenhuma construção de pedra e com mais ênfase na defesa. Esta dinastia foi, de facto, o poder governante que lucrou com o comércio de ouro nos seus últimos séculos de existência. Talvez o Grande Zimbabué tenha sido um tipo de experiência urbana que falhou, em vez de evoluir por um caminho de maior complexidade e sofisticação. Talvez a ideia de agro-cidade tswana tenha sido de alguma maneira influenciada por este tipo mais extenso de assentamento e represente o seu único sucessor decorrente.



São Salvador e Gondar

Cerca de um século após o declínio do Grande Zimbabué, o contacto com os europeus foi um fator gerador na construção de grandiosos territórios urbanos no interior de África. No entanto, o carácter urbano desses territórios permaneceu incompleto. Um exemplo foi o de Mbanza Kongo, a capital de um amplo e poderoso estado, situado a sul do rio Congo, na Angola de hoje, que comercializava com os portugueses - especialmente escravos - desde o século XV. Os portugueses estavam particularmente interessados no reino do Congo como um aliado, e não mediram esforços para o assimilar no modelo europeu, particularmente em cristianizá-lo. A família real patrocinou uma cultura cristã literata ao longo de várias gerações e assumiu de boa vontade algumas formas de estado europeias, na perspectiva dos seus parceiros comerciais. A capital, sensacionalmente situada num planalto montanhoso, atraiu principalmente os membros da corte da realeza, mas também se tornou o local de um conjunto de edifícios cristãos, inicialmente construídos em pedra, sob a direção de europeus - mas durante algum tempo foi conduzida por africanos que dominavam as técnicas construtivas - e habitação de monges e padres. Provavelmente, atingiu o seu apogeu em meados do século XVII.



Para os europeus, era a cidade, razoavelmente nobre, de São Salvador. Diante da praça, junto a uma catedral e um palácio, encontrava-se uma pequena cidade muralhada habitada por portugueses. Para os africanos, Mbanza Kongo permaneceu um lugar onde caminhos estreitos percorriam complexos muralhados com espaço suficiente para gado e horticultura, mas com área para a agricultura, uma vez que a cidade e o campo fundiam-se um no outro. Até o palácio não foi habitado por muito tempo. Provavelmente era inconveniente e sujo em comparação com a estrutura típica de um grande complexo. O mecenato real permaneceu como a base da atividade económica de tal forma que, a propriedade privada, em determinados locais, parece nunca ter sido desenvolvida. Havia pouco espaço até para criar uma sociedade civil urbana rudimentar, mas a aura do poder sagrado associado ao local, sobreviveu após o declínio secular do reino depois do final do século XVII, e o local físico reteve a importância cultural como resquício da sua glória urbana, muito tempo depois da relevância política de Mbanza Kongo ter desaparecido. Mbanza sempre teve, talvez mesmo antes da criação da sua cidade, uma associação com urbanidade e civilidade na língua kikongo, diferenciando-a da vida na aldeia. Contudo, ao lado das notáveis fachadas de pedra, que simbolizavam a civilização para os europeus, uma comu-

nidade africana com associações diferentes deu, realmente, vida a São Salvador, tornando-a um lugar vital partilhado pelas pessoas. Por isso, a cidade do século XVIII, que permaneceu com considerável importância sagrada, e até política, na região, com concentrações populacionais por vezes tão grandes como no passado, continuou a ser identificada com os antigos edifícios em pedra, mesmo quando estes caíam cada vez mais em ruína.

A milhares de quilómetros de Mbanza Kongo, outra cidade em pedra de influência portuguesa erguia-se no planalto etíope - Gondar. O imperador Fasiladas, que reinou no segundo quartel do século XVII, apesar da expulsão dos Jesuítas e da restauração da Ortodoxia Copta como igreja da Etiópia, foi responsável por autorizar a construção de palácios e igrejas nesta cidade, a cerca de cem quilómetros a norte do lago Tana. Ao contrário de Mbanza Kongo, o processo de construção da cidade de Gondar continuou por várias gerações. Este foi um desvio aparentemente flagrante na história etíope, onde nenhuma capital construída permanentemente chegou a existir por mil anos.

As terras altas da Etiópia foram, por muitos séculos, o lar de uma sociedade de classes indígenas de senhores e camponeses. No entanto, embora os assentamentos comerciais tivessem sem dúvida existido por muito tempo, a urbanização era um fraco poder. O que acontece se olhar para trás mais mil anos, a partir da época Fasiladas? Paralelo à existência do Império Romano tardio, houve um reino que se converteu ao Cristianismo e onde dominava uma língua semítica ancestral aos usos linguísticos atuais, que se concentrou na cidade de Aksum. Aksum manteve-se de grande importância por muitos séculos e ressurgiu como um centro cristão e cidade mercantil na época medieval e mais além. Todavia, o arqueólogo David Phillipson (2000) chegou recentemente à conclusão que, enquanto:

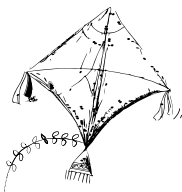
Aksum era de tal tamanho e importância para merecer o termo 'cidade' [...] não existe evidência de que Aksum era uma cidade, do modo como esse termo é por vezes compreendido. As suas estruturas, como são conhecidas atualmente, compreendiam grandes edifícios de propósito desconhecido, mas claramente associados à elite, bem como monumentos funerários e edifícios religiosos (PHILLIPSON, 2000, p. 61).

Até onde sabemos, as pessoas comuns viviam a alguma distância deste núcleo sagrado, perto de campos cultiváveis. Aksum não tinha muros defensivos. A vida comercial do estado de Aksumite deve ter sido considerável (cunhou moedas), mas talvez

pouco tenha avançado nessa antiga cidade africana. O seu papel político e sagrado refletia, sem dúvida, tradições etíopes ainda mais antigas, que até agora foram apenas reconhecidas vagamente por arqueólogos.

Posteriormente, os sucessivos governantes etíopes, viajavam constantemente com as suas cortes para manter o controle sobre os seus súbditos. Mas não tentaram conter subordinados insurgentes dentro dos muros da cidade. O Cristianismo Etíope focou-se, principalmente, em mosteiros, em vez de catedrais urbanas. Antes da cidade de Gondar ter sido construída, a corte costumava consistir num acampamento de centenas de tendas para os seguidores. Não só isso foi entendido como um meio para a corte fazer sentir a sua autoridade em regiões-chave, mas também tinha uma lógica ambiental. O peso deste tipo de exploração natural em bruto, de alimentos, madeira e outros produtos, só diminuía sazonalmente, em determinadas localidades, se a corte se deslocasse, na sua ausência a região era autorizada a recuperar. Edifícios menos impressionantes marcaram, de longe, a existência de centros mercantis regionais e cidades que atraíram relativamente pouca atenção por parte dos historiadores da Etiópia.

A própria cidade de Gondar foi importante pela sua associação com a realeza e, através da realeza, com a igreja e não para atividades comerciais particularmente significativas. Uma iconografia do sagrado provou essa importância. O recente estudo de Donald Crummey (2000) regista nada menos que onze importantes igrejas régias nas proximidades. Crummey também sublinhou que a mudança iniciada pela construção permanente em Gondar foi menos dramática do que o que um olhar europeu pode imaginar. No séc. XVII "Gondar era acima de tudo uma residência de Inverno, um lugar onde a corte real e os seus sempre amplos círculos de lacaios e dependentes passavam a 'estação das chuvas'" (CRUMMEY, 2000, p. 74). A génese ambulante do estado perdurou após o surgimento da construção permanente de Gondar, no século XIX, durante um período de relativa fraqueza da realeza. Em meados do século XVIII, o ritmo da vida comercial estava a aumentar e Gondar estava a adquirir maior importância económica (ao contrário de Mbanza Kongo). A documentação que sobreviveu indica a crescente frequência de vendas e compras de habitações. As pessoas ricas começaram a ter uma participação na prosperidade permanente de Gondar, independentemente do destino da enfraquecida dinastia real. Este padrão de comercialização, que começou a transformar as aglomerações populacionais mais antigas em toda a África do século XIX, se sobreviveram ou não às suas convulsões, irá aparecer mais claramente no próximo capítulo.² Gondar e Mbanza Kongo são, em certos aspectos, um outro *tipo* de cidade antiga, comparativamente com as agro-cidades do centro-



-sul africano e os vestígios muralhados do Zimbabué, embora as suas respectivas evoluções tenham divergido uma da outra.



Desenvolvem-se cidades no Egito

O lento aparecimento do urbanismo, da vida plena da cidade, também é, de certo modo, observável a uma distância ainda maior no tempo, no antigo Egito. Ao longo de grande parte da sua longa história, particularmente antes do Novo Reino (1540-1070 a.C.), o Vale do Nilo conheceu de alguma forma concentrações populacionais, mas no sentido pleno da palavra, as cidades foram *inventadas* muito devagar. De facto, por muito tempo, tais concentrações, pelo que podemos supor pelo tamanho das localidades, podem não ter sido muito maiores do que os contextos urbanos que estimamos a considerar acima, em outras partes de África. O antigo Egito não tinha moeda - as trocas comerciais faziam-se na distribuição em espécie. A arquitetura doméstica, segundo os arqueólogos, parece ter consistido, em grande medida, em instalações para armazenar grãos, para moagem e fabrico de cerveja. Existe, portanto, uma lógica evidente na domesticação egípcia do gato, como forma de lidar com o flagelo dos roedores. A arquitetura doméstica era normalmente construída em adobe e de um só piso, idealmente erguida em volta de um pátio. Dadas as dificuldades em produzir excedentes, é provável que as famílias urbanas precisassem normalmente e tivessem acesso a terras agrícolas nas proximidades. A distribuição, por sua vez, era gerida pelos templos, e em nome dos deuses. Os mercadores eram geralmente agentes económicos que operavam em nome dos funcionários e/ou sacerdotes do templo.

Com o tempo, as casas ficaram maiores. As grandes vivendas tinham corredores com colunas, enquanto os pátios continham piscinas de água. Espaços distintos para cozinhar foram estabelecidos como cozinhas e formas básicas de mobiliário para armazenamento e cadeiras foram esculpidos em madeira. Para os mais abastados, as camas também eram feitas em madeira. O telhado era frequentemente usado como espaço para momentos de lazer, assim como para armazenamento, e era acessível por escadas, enquanto que a cidade de Tebas tinha casas com mais de um andar. Pequenas janelas eram esculpidas nas paredes para não deixar entrar pó.

Os grandes monumentos do Egito, que definem a sua fama, estão relacionados com culto e com um poder de estado intimamente ligado ao culto, onde o natural e o sobrenatural estavam estreitamente interligados. Muito foi produzido com o intuito



de apoiar as atividades da vida após a morte. Residências seculares, mesmo as dos poderosos, parecem ter sido pequenas e os seus espaços maiores eram reservados para cerimônias públicas. Muito do que conhecemos sobre a vida de homens e mulheres comuns no antigo Egito vem de escavações arqueológicas das casas daqueles que trabalhavam em projetos funerários ou como servos nos templos. Embora a arte egípcia esteja repleta de imagens da esfera doméstica, a real separação da esfera privada da vida, independente da sagrada, foi um processo muito lento. Por isso, as aglomerações urbanas provavelmente surgiram em grande parte como, e assim permaneceram por muito tempo, o conjunto das casas das pessoas vinculadas aos rituais de culto aos deuses e às necessidades da vida após a morte. Na época do Novo Império, a cidade de Menfis, construída no local onde o Nilo se divide nos muitos canais do seu delta, tinha-se tornado um importante entreposto comercial e de construção naval, mas pelo menos um terço do espaço urbano foi ocupado por templos e construções sagradas.

Não obstante, as cidades egípcias podem ter demonstrado um alto nível de planejamento urbano, refletindo o seu caráter religioso e burocrático, o que causou uma boa impressão: "As primeiras paisagens a serem vistas, ao chegar à cidade de barco pelo rio, foram as pontas douradas de centenas de mastros de bandeiras dos templos, reluzentes como cristais à distância. Depois, à medida que se aproximava, uma miríade de galhardetes de linho cintilava contra os penhascos púrpura" (ROMER, 1984, p. 4). Os chefes de estado das cidades no Egito eram, efetivamente, os sacerdotes, e o traçado do espaço urbano era cuidadosamente pensado. No único exemplo que conhecemos - uma antiga cidade egípcia que foi escavada relativamente intacta, Amarna - o elemento-chave estruturador era uma grande avenida ladeada por templos. Contudo, existem poucas evidências de interesse na estrutura das áreas residenciais. No início do Novo Império, por exemplo, Tebas foi o assentamento urbano-chave do Egito e um lugar de "espetáculo e magnificência" (KEMP, 1989, p. 206), e foi totalmente evacuado e nivelado de maneira a abrir espaço para novos templos de pedra. A nova - e ainda sem muros - Tebas, chamada pelos egípcios simplesmente de 'A Cidade' ou algo semelhante a *Waset* (Tebas foi o nome usado pelos gregos), estendia-se por talvez quinze quilômetros ao longo do Nilo. A vida comercial das cidades da Mesopotâmia (hoje, o Iraque) - e com ela espaços incomparavelmente mais privatizados - parece ter-se desenvolvido milênios antes da civilização ribeirinha do Egito. Tão pouco a cultura egípcia teve muito espaço para o "urbano" como forma de vida - o imaginário de uma vida de qualidade era associado à vida no campo. Foi muito lentamente que o mundo econômico do comércio e produção de mercadorias quebrou a carapaça

da cultura religiosa egípcia e das estruturas e pessoas, ligadas ao culto religioso. Existem, portanto, paralelos importantes entre a história da urbanização no Egito e em outras partes de África, se considerarmos o período de tempo excepcionalmente longo dessa história.



As primeiras cidades da África Ocidental

Mesmo assim, o início da história da África Ocidental também nos permite considerar muitos assentamentos urbanos ao longo de um período de até dois mil anos. A tradição oral, que contém elementos que sobreviveram à vida urbana mais recente, conjugada com as evidências fornecidas pela arqueologia, sugere algo sobre a vida nesses assentamentos. A arqueologia é o que nos permite escrever algo sobre os antigos assentamentos perto da moderna cidade de Djenné, no Mali. Os antigos assentamentos do rio Níger, são conhecidos por estarem ligados ao comércio trans-saariano de ouro. Tendemos a supor que seja melhor imaginá-los como surgidos em conexão a ligações comerciais. O lugar de Jenné-Jeno, que foi explorado pelos McIntoshes, na direção do extremo norte do cinturão de cultivo na África Ocidental e conveniente aos movimentos de caravanas à procura de oásis no Saara, parece encaixar-se perfeitamente neste modelo. Contudo, o que se descobriu em vez disso é que, há dois mil anos atrás, a concentração populacional neste local precedeu o comércio trans-saariano e a chegada do camelo. Parece ter sido principalmente uma resposta às características específicas do ambiente local, onde o deserto se encontra com a planície e o rio. Nem existem traços tangíveis de qualquer autoridade política ou sagrada para explicar esta concentração. Houve talvez vinte mil pessoas a morar em Jenné-Jeno, por volta do ano 800 d.C., com sinais evidentes de especialização económica, mas o local não deixou vestígios de construção para elites, nem de centralização política de qualquer importância - sem edifícios públicos, monumentos, nem santuários. Gao, eventualmente o centro do estado de Songhay e o lugar da mais antiga evidência epigráfica datada no Sahel, revelou uma história um tanto paralela. Lugares semelhantes, pré-islâmicos, pré-comércio internacional, por exemplo, nas proximidades de Timbuktu, são suspeitos de também terem existido.

É a partir da década de 1060 que temos uma descrição de um geógrafo árabe, al-Bakri, sobre a cidade capital de um estado da África Ocidental que fazia fronteira com as rotas do comércio de ouro, uma cidade chamada al-Ghaba, ou 'a mata', presumivelmente por estar associada a uma mata sagrada. A maior entidade urbana

(regente ou estado) era conhecida pelos árabes como o Gana. No século XII, a cidade tinha uma componente islâmica, mas al-Ghaba era a cidade real, distante da cidade comercial muçulmana, na qual "as casas são construídas em pedra e madeira de acácia. O rei tem um palácio com cabanas cónicas (ao seu redor), cercado por uma vedação como um muro" (n.d.). Ao redor da capital existiam conjuntos que continham estruturas em cúpula, onde deuses locais e ancestrais eram venerados. Esta é uma imagem muito diferente daquela que os McIntoshes forneceram sobre a cidade de Djenné. A autoridade política no Gana estava efetivamente ligada ao poder espiritual e ambas se infundiram na capital. O local da capital do Gana foi identificado nas ruínas de Kumbi Saleh, no sul da Mauritânia - mas, infelizmente, nenhum vestígio de uma cidade pré-islâmica, ou não-islâmica, foi ali encontrado.

Noutras partes da África Ocidental foram uma vez mais detetados padrões um pouco diferentes. À medida que viramos para sul e oriente, na direção do território densamente povoado da Nigéria de hoje em dia, a predileção pela concentração urbana remonta a tempos bastante mais antigos. Além disso, os elementos convencionalmente urbanos estão em vigor há vários séculos. Nas regiões de savana, os estados que existiam no séc. XVI, e posteriormente, eram todos associados, pelos seus nomes, às suas cidades capitais. Kano, a maior das cidades do Norte da Nigéria contemporânea, pode ser associada particularmente a um planalto sagrado, Dalla Hill, onde se acreditava que moravam espíritos poderosos. Dalla ergue-se sobre as imediações, uma área fértil e hoje muitíssimo densamente povoada. Nas proximidades, existem fontes particularmente ricas em minério de ferro. Muita terra agrícola foi delimitada pelos impressionantes muros externos de Kano, que defendiam um mundo económico ainda não distinto do campo. Na verdade, as cercas muralhadas definiam vastos territórios em volta de todas as cidades de língua hausa, na savana central da África Ocidental.

A *birni*, ou 'cidade', tal como uma unidade social distinta, é uma antiga unidade conceitual estabelecida (mas de que antiguidade?) na língua hausa, bastante diferente do conceito de aldeia ou aldeamento. Durante séculos, atividades tipicamente urbanas marcaram o *birane*. Kano, por exemplo, tornou-se um importante entreposto comercial, um lugar de riqueza cujo regente era simultaneamente a fonte e o controlador de tal riqueza. Dentro da hierarquia de funcionários convencionalmente exercidos pela autoridade urbana, existiam figuras que eram essencialmente urbanas nas suas funções - relacionadas com a boa ordem da cidade ou do mercado. Inicialmente,



é provável que a supervisão do mercado fosse mulher, refletindo o poder feminino sobre o comércio.

A formação dos povos, a difusão dos estados e o Islão estão intimamente ligados à influência dos *birni*. Para o historiador Abdullahi Smith (1987), o *birni* deve ter tido, por definição, muros (SMITH, 1987). A autoridade política e a defesa foram, de facto, atributos-chave na definição de cidade. A outra característica é a composição da população: qualquer *birni* conteria diferentes quarteirões habitados por diferentes povos. O *sarki*, ou regente, não podia ser um chefe tribal. Por definição, ele manteria a autoridade sobre vários povos. A arqueologia nigeriana não é avançada o suficiente para sugerir quando o *birane* surgiu, mas a sugestão de Smith é que eles tenham vindo a evoluir desde a época do Gana e dos primeiros assentamentos urbanos ou semiurbanos em torno de Djenné e Timbuktu, portanto na época equivalente à Idade Média europeia, ou até ligeiramente antes. Os muros de Kano e de Zaria (que envolvem Kufena, um impressionante monte elevado comparável a Dalla) remontam ao séc. XV e provavelmente tinham fundações ainda mais antigas. É impossível dizer como eram as primeiras aglomerações urbanas, mas há muito que estas já tinham desenvolvido formas urbanas convencionais, embora distintas entre si.

Mais a sul na Nigéria, perto da fronteira entre a savana e a floresta e mesmo no interior da floresta, outro padrão urbano emergiu e prevaleceu durante muito tempo. Assim como na savana, trata-se de, não meramente uma questão de cidades capitais, mas de inteiras redes de cidades. O padrão mais notável de todos está relacionado com os povos de língua yorubá do sudoeste da Nigéria. Uma grande percentagem de pessoas da língua yorubá, na época da conquista britânica, vivia em aglomerações, algumas delas notáveis, como Ibadan, com mais de duzentos mil habitantes, que era deveras grande. Estas cidades eram quase certamente muito menores e provavelmente muito menos caracterizadas por atividades comerciais e artesanais na época anterior à turbulência das guerras civis yorubá, do início do século XIX, e do rápido aumento do comércio de mercadorias que se seguiram, mas certamente existiam - e foram substanciais.

Ibadan foi organizada em torno de redes de conjuntos liderados pelos chefes de linhagens que eram, realmente, os proprietários das terras. Tais conjuntos urbanos continham de quarenta a quatrocentos habitantes, a maioria dos quais no século XIX eram trabalhadores domésticos (dependentes endividados) e escravos. Mais a norte, certos quarteirões urbanos eram associados a grupos étnicos específicos, ou a certas formas de culto. De uma forma geral, a população que morava nos conjuntos muralha-



dos saía para trabalhar nos campos, onde costumavam manter um abrigo temporário. Havia, portanto, limites no caráter urbano desses assentamentos. Ainda assim, eles foram o local central da produção artesanal yorubá no século XIX, e mantiveram uma intensa vida comercial. Os mercados estavam localizados no centro dessas grandes e admiráveis cidades - o comércio dentro das cidades era provavelmente muito mais importante do que o comércio regional. As cidades yorubá tornaram-se lugar de festividades e de rituais sagrados que definiram a cidade e os seus habitantes.

Os autores Peter Lloyd, A. L. Mabogunje e B. Awe (1967) apontam também para outro aspecto central na cidade yoruba ou nigeriana: o poder político. O traçado da cidade - a sua iconografia - manifestava uma geografia de poder. Evidências de muros enormes e elaborados, mesmo que já não existam, podem normalmente ainda ser encontradas agora mesmo. Assim, Oyo ile, o maior centro político até ao final do século XVIII, era cercado por muros que cobriam entre vinte a trinta quilómetros quadrados. O viajante britânico Hugh Clapperton relatou nos seus diários a existência de sete mercados distintos em 1826. Para os Yoruba, Ile-Ife, com certeza o lugar do extraordinário bronze milenar descoberto na época colonial, foi a cidade que marcou as suas origens como um povo civilizado. O funcionalismo público, como nas cidades



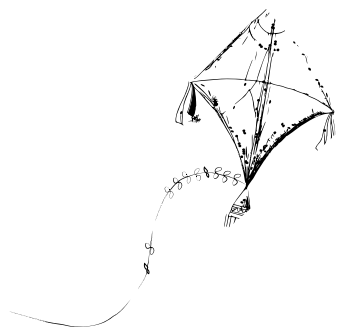
Figura 1. Kumase, a capital de Asante: cena de rua e palácio.

Fonte: Dupuis, *Journal of a Residence in Ashantee* (1824). Cortesia da Cambridge University Library.

hausa, foi criado para organizar a administração da cidade e da própria vida urbana. Ibadan, uma criação do século XIX, é um caso notável: não tinha um governante único e obviamente representava uma federação de pessoas de diferentes origens que se reuniam voluntariamente e que se consideravam uns aos outros como iguais. Neste sentido, trata-se de uma cidade cosmopolita, como Smith analisou para a *birane* hausa.

O sociólogo britânico John Peel (1983) forneceu-nos um olhar mais atento sobre uma cidade yorubá menos conhecida, Ilesha, que continha uma população de vinte a vinte e cinco mil pessoas no final do século XIX, um período de declínio (PEEL, 1983). Ilesha pode ser melhor definida como o centro de um estado, uma capital política e sagrada rica em túmulos e santuários reais que compreendia uma grande variedade de bairros, geralmente dominados por importantes grandes famílias e frequentemente associados a linhagens específicas. Um sistema de cargos e títulos vinculava os deveres políticos e administrativos dos membros do estado. Pela situação de tal bairro, os indivíduos podem ser descritos precisamente como pessoas pertencentes à cidade, como cidadãos. É claro que a maioria da população era composta de dependentes domésticos, certamente no século XIX, sendo os escravos muito numerosos, estes não eram cidadãos. Contudo, Peel prefere ver o paralelo com uma pólis grega de cidadãos livres, em vez de uma aristocracia, controlando "escravos... homens jovens... estrangeiros... comunidades subordinadas, para não falar das mulheres" (PEEL, 1983, p. 45) - revelava assim a mesma ambiguidade oculta no urbanismo e na cidadania grega como conceitos. Um estudo de história da cidade revela também tudo menos harmonia: conflitos violentos entre bairros - o *ija igbooro* - marcavam a história da cidade.

As famílias dominantes tinham obrigações práticas em termos de cuidado do seu bairro da cidade, bem como funções rituais. Por vezes estavam também relacionados com ofícios especializados. Todos tinham acesso aos campos que sustentavam a vida do agregado familiar e formavam a base da economia - campos distantes até quinze quilómetros da residência urbana, e em muitos casos, habitações modestas proporcionavam abrigo temporário nesses campos. Havia também cidades-satélite que deviam lealdade a Ilesha. Algumas eram apenas aldeias, mas outras participavam numa rede urbana na qual podiam, em determinadas circunstâncias, perder ou ganhar mais importância. Embora, em alguns aspectos, Peel veja Ilesha como tendo um toque cultural e político muito característico de cidade, na sua opinião:



refletiram a majestosidade de um estado e estabeleceram limites e espaços adequados para a residência de um governante sagrado. Isto também pode refletir um padrão muito antigo, embora até à data seja impossível fornecer uma linha do tempo ou um ponto de origem. Existem algumas diferenças, mas provavelmente muito mais semelhanças, com o modelo de cidade yorubá, embora as grandes cidades não fossem, em parte alguma, tão características da fixação humana. Dois exemplos são a cidade de Benin, no centro-sul da Nigéria, a oriente do país Yorubá e, consideravelmente mais a ocidente, a cidade de Kumase, onde hoje é a república do Gana. Benin, pouco influenciada pelos estilos europeus, foi memoravelmente descrita por um viajante holandês, Olfert Dapper, em 1668, como "grande como a cidade de Haarlem [isto na verdade refere-se apenas ao recinto real]" (DAPPER, 1668) e caracterizada por amplas estradas e um vasto recinto real com galerias lindamente trabalhadas e palácios baixos, decorados. O complexo da grande muralha do Benin, do qual alguns vestígios ainda estão de pé, apresenta *puzzles* espaciais para o arqueólogo. A importância do complexo do governante sugere a centralidade da vida política na organização e definição da cidade.

O mesmo pode ser dito de Kumase, a sede da Asantehene e lugar central da Confederação Asante, o poder dominante durante os séculos XVIII e XIX por grande parte da república moderna do Gana. Construída nas encostas de um cume rochoso no início do século XIX, a cidade de Kumase continha uma população permanente de quinze a vinte mil pessoas, o tipo de número que observamos repetidamente em centros populacionais africanos ao longo dos séculos. No entanto, os números aumentavam exponencialmente em épocas de festivais e temporadas quando era importante que os cortesãos comparecessem perante o Asantehene, e diminuíam drasticamente quando o Asantehene estivesse ausente em qualquer altura. Alimentar, mesmo números mais pequenos de pessoas, exigia um ambiente urbano onde grande parte da população cultivasse e passasse algum tempo nas aldeias vizinhas de Kumase. Os primeiros visitantes europeus deram provas gráficas de pátios e galerias decorados, que marcaram o carácter sagrado e político da cidade, como era o caso em Benin. Como em Benin, as vias públicas eram muito bem cuidadas: "As ruas

são geralmente muito largas, limpas e ornamentadas, com muitas figueiras bonitas, oferecendo uma agradável sombra dos poderosos raios de sol" (WILKS, 1975, p. 381).

Na sua massiva história de Asante, Ivor Wilks coloca, de longe, o maior peso na cultura política da região ao explicar o crescimento de Kumase. No seu apogeu, Asante foi uma cidade muito ativa comercialmente, negociando ouro e nozes de kola por longas distâncias. Mas o comércio não era principalmente feito em Kumase. E Kintampo, a grande cidade mercantil que lidava com o comércio do norte, parece ter sido uma cidade de habitações relativamente efêmeras e de pouco peso político. Kumase era uma cidade, mas que dependia muito unilateralmente da imposição física e prioridades de um rei poderoso. É difícil de entender o contrário, como um espaço urbano (WILKS, 1975). De um modo geral, vários tipos de assentamentos urbanos evoluíram admiravelmente ao longo do tempo na África Ocidental com semelhanças e também diferenças significativas.

Este estudo sugeriu alguma da variedade, da sua extensão geográfica e alcance ao longo do tempo dos primórdios urbanos em África. A urbanização apoiou-se em vários pilares. O primeiro e mais difícil de definir foi claramente o ambiental: a descoberta de locais específicos onde as possibilidades económicas sugeriram a importância de concentração humana para o cultivo, como nas populações de Jenné-Jeno ou nas agro-cidades de Kalahari. O segundo pilar era o sagrado, a importância espiritual dentro de muitas culturas africanas para um espaço comum de culto e reverência, sem dúvida ligado ao surgimento de crenças que transcenderam os cultos dos ancestrais locais. Este elemento já era importante em Aksum ou no Grande Zimbábue. O terceiro pilar é a ascensão de estados poderosos, muitas vezes intimamente ligado aos rituais religiosos. Provavelmente também existe uma quarta categoria, onde, de uma forma original, a malha urbana e rural, e a cidade muralhada, se tornam inerentes à definição cultural de toda a sociedade, como encontramos no que é hoje o Gana e a Nigéria. Da época do antigo Egito, no entanto, o político e o religioso tiveram implicações económicas, mesmo que a economia não emergisse tão claramente como uma esfera separada da vida. No restante deste artigo, vamos sugerir que, em alguns momentos e lugares, a importância da atividade comercial de grande escala e a incorporação em circuitos comerciais de longa distância - por vezes marcados pela colonização de fora - cedeu um novo e crucial elemento no processo de urbanização. Claro que este aspecto será mais óbvio quando analisarmos assentamentos humanos ligados ao comércio dentro da "economia-mundial", com a ascensão da Europa, mas antes de nos virarmos para isso no segundo capítulo, devemos considerar a urbanização ligada a influências anteriores a estes, antes da era moderna.



Alexandria e Cartago



A primeira região de África onde tais influências se tornaram muito importantes foi o Norte de África, e podemos entender melhor o impacto que tiveram considerando duas cidades admiráveis: Alexandria e Cartago. Estas foram cidades incrivelmente grandes, clássicas, revelando todas as características que fascinaram estudiosos sobre a vida urbana. Eram de tamanho muito grande em comparação com as cidades que estivemos a examinar anteriormente, e abastecê-las deve ter transformado amplas extensões de campo para criar um mercado viável. Eram cidades cosmopolitas, que incluíam atividades económicas complexas, muito comércio e vários ofícios, faziam pulsar vida pelas suas ruas e vielas. A arquitetura pública de Alexandria era muito famosa na sua época, muito massiva e destinada a ser permanente, embora pouco dela tenha sobrevivido. Alexandria foi o lugar do grande Farol de Faros, a construção mais alta do mundo clássico tardio, com 135 metros de altura, guiando os navios até ao seu porto, bem como da biblioteca que pode ter sido o maior repositório clássico de aprendizagem e do museu onde se juntavam estudiosos oriundos de muitas terras. A população incluía muitos intelectuais de diferentes estratos sociais e, sem dúvida, um grande número de assalariados ou proletários. Certamente, era também uma cidade de pobreza e de riqueza. Estudos sobre uma cidade muito menor, Hermópolis, cujos registos sobreviveram durante parte do período romano, revelam que das terras pertencentes a moradores urbanos, cerca de 78% pertencia a 2% dos indivíduos. Alexandria foi provavelmente caracterizada por concentrações muito maiores de riqueza. Tanto Alexandria quanto Cartago tinham uma origem essencialmente estrangeira e não poderiam ter existido sem a crescente integração do litoral norte-africano num mundo economicamente muito maior. Fenícia, Grécia, Roma - todas estas culturas eram fundamentalmente urbanas no seu âmago - e foram, aqui, as principais influências.

Alexandria foi fundada após a morte de Alexandre - o Grande, no século IV a.C. e foi a capital dos ptolomeus, descendentes de um general conquistador, e mais tarde a capital da província do Egito Romano. Governada primeiramente por um senado, Alexandria cedo perdeu a sua autonomia e uma grande parte dela foi coberta por palácios e propriedades do estado, mas tinha uma administração municipal distinta. Além disso, bairros, e notavelmente bairros distintos (cada um deles era chamado de *anfodonte*), tinham uma liderança reconhecida pelos romanos. Este padrão seria recorrente no Egito e no mundo islâmico nos séculos seguintes até ao presente. Além do mais, os romanos continuaram a favorecer a cidade, isentando todos os cidadãos

do pagamento de impostos, pagos por todos os outros egípcios. Assim como, sob o controle dos ptolomeus, as associações de caráter grego já conferiam prestígio a Alexandria. Durante séculos, tais associações foram muito importantes para a elite. A cultura popular era provavelmente muito mais heterogênea e influenciada por correntes mais antigas do pensamento egípcio.

A cidade foi organizada de acordo com um plano que dividia bairros distintos - de Alpha a Epsilon - por largas avenidas e continha excelentes exemplos de todas as instalações públicas apreciadas no mundo urbano grego, um estádio, um hipódromo (com fações de alguma forma equivalentes aos modernos adeptos de clubes desportivos), um teatro, um mercado e muitos templos. Muitos destes equipamentos eram municipais e constituíam uma fonte de receita para o estado local, que também cobrava impostos de mercado. No segundo século d.C., Alexandria foi reconstruída segundo linhas mais romanas e "a elite urbana incorporou Roma na vida ritual da cidade e transformou a paisagem urbana para [lhe] dar um aspeto mais clássico" (ALSTON, 2002, p. 247). O porto caracterizava-se por uma arquitetura grandiosa, enquanto um massivo sistema de cisternas, algumas ainda existentes, fornecia água através de um canal de água doce. Existiam assentamentos mais pequenos nos arredores, que deviam estar incumbidos de abastecer esta antiga megalópole, assim como estâncias balneares.

Escavações na pequena cidade de Oxyrhynchus, no delta, revelam que na época romana e posteriormente, existiam não menos do que noventa corporações economicamente distintas. Alexandria deve ter tido muitas mais. Este imenso mundo urbano de talvez duzentas mil pessoas continha um importante bairro de egípcios nativos, mas era uma cidade de estrangeiros, acima de todos os gregos, e também um grande número de judeus falantes do grego no bairro Delta. De facto, existem registos de expulsões de egípcios "supérfluos" para o campo. Foi em Alexandria que o Antigo Testamento foi traduzido pela primeira vez para o grego, e a cidade também foi um importante ponto de crescimento para o Cristianismo antigo, bem como para a formação do Judaísmo pós-Templo na diáspora - esta palavra grega foi aplicada pela primeira vez em Alexandria referindo-se ao exílio dos judeus. O estatuto da numerosa população judaica foi uma importante questão política. Estes foram excluídos de instituições, tais como os ginásios, ambientes que marcavam a cultura grega e dos quais emanavam clubes politicamente poderosos. O conflito violento entre judeus e gregos - que parece ter sido causado por estas reivindicações - levou à segregação dos judeus no Delta no ano 38 d.C. Foi uma característica da Alexandria romana inicial até que

a grande revolta dos judeus foi reprimida em 115 d.C., depois da qual a comunidade judaica perdeu a maior parte da sua relevância política. Na verdade, Alexandria tinha um historial de violência entre fações, por vezes relacionada com questões como o preço dos alimentos, mas geralmente com uma forte tendência política.

O poder grego em Alexandria acompanhou o declínio gradual e a queda da antiga cultura egípcia, que sobreviveu por mais tempo no meio rural. Durante séculos antes dos ptolomeus, o Egito tinha-se tornado cada vez mais sujeito a invasores estrangeiros oriundos da Ásia ou do Vale do Nilo no que hoje é o Sudão, localizado num *nexus* mediterrânico progressivamente comercializado que incorporou o vale como fonte de riqueza agrícola com trocas comerciais que se estendiam até ao interior africano. Os gregos chegaram ao Egito não apenas como comerciantes, mas também como colonos e já tinham estabelecido várias cidades no Delta do Nilo. Na verdade, eles foram-se estabelecendo em novas comunidades urbanas, ao invés daquelas que tinham sido importantes sob os faraós. Mais a leste, na Cirenaica (leste da Líbia), os gregos também se tornaram colonos em África e fundaram cidades-estado que governavam a população nativa, mas com muita tensão. A ascensão da Alexandria cosmopolita pode contrastar com um Egito rural onde uma cultura de aldeia fechada, dominada pelos sacerdotes, retinha um núcleo de práticas da civilização mais antiga. A forma que o Cristianismo Egípcio assumiria, caracterizada pelo predomínio de mosteiros e eremitas, seria construída sobre essa cultura remanescente antes do advento do Islão. O Cristianismo afetou a estrutura da vida urbana à medida que as igrejas adquiriram importância. Contudo, resultou num retorno para a forma copta do egípcio face à língua grega. Mas o apogeu de Alexandria foi a fase do cosmopolitismo cultural - a sua capacidade de difundir cultura pelo Vale do Nilo era extremamente limitada. Com a ascensão do Cairo islâmico, Alexandria entrou num declínio relativo. Embora as ligações do Mediterrâneo conservassem algum significado, o cerne da vida política e económica assentavam novamente no Vale do Nilo, e não no Mediterrâneo, e assim permaneceria até ao século XIX.

Cartago tem origens que remontam um pouco mais longe. Esta grande cidade foi fundada pelos fenícios, os libaneses do mundo antigo, que articulavam comércio com assentamento e tiveram o Mediterrâneo Ocidental como o seu campo de expansão de eleição, talvez já desde 800 a.C. A cidade de Cartago, que manteve fortes laços filiais com as cidades da Fenícia - o nome era uma transliteração grega das palavras "cidade nova" - e continuou a reverenciar os seus deuses com sacrifícios humanos e de outras formas, era o centro dinâmico da sua expansão. A cidade gerou cidades-



-satélite e entrepostos comerciais desde a Tunísia moderna para oeste, em Espanha e nas ilhas do Mediterrâneo Ocidental, bem como no continente africano. A partir de Cartago, a língua púnica, bem como as formas religiosas semíticas, espalharam-se pelo ocidente do Norte de África, e ambas conservaram importância, muito depois dos romanos terem destruído Cartago em 146 a.C. Cartago também era muito grande, uma cidade que as atuais investigações estimam ter tido uma população de cem mil pessoas (talvez fosse o dobro desse número no momento da sua destruição), com uma poderosa vocação comercial e uma ampla gama de especialização económica. A génese do seu comércio consistia em produtos naturais, tais como vinho e azeite. A partir do século V a.C., começou a emitir moedas. Cartago tinha edifícios de vários andares e desenvolveu um sistema de aquedutos e tanques para abastecer água aos moradores. O seu governo era dominado por um Senado ou Conselho, mas existia uma assembleia geral muito mais representativa, assim como a contínua ameaça à governação popular pelos jogos de poder dos generais arrogantes, tal como em Roma. Da mesma forma como em Roma, a influência grega em Cartago era muito forte na decoração e na arquitetura, bem como na vida cívica. No entanto, e neste sentido comum a algumas outras culturas de língua semítica, existia um forte preconceito contra as imagens realistas na cultura cartaginesa - por isso, restaram poucos vestígios de interesse artístico. A religião de Cartago concentrava-se no poder cívico e lealdade, em contraste com o antigo contexto egípcio, segundo o qual, o culto nos templos tinha substituído qualquer outro propósito urbano. No princípio, Cartago era uma espécie de cidade-ilha, ligada a uma rede de cidades comerciais por todo o Mediterrâneo Ocidental, com uma interação relativamente pouco aprofundada com a população africana. Mas, com o passar do tempo, Cartago despertou imitações nas capitais dos governantes de língua berber mais a oeste, enquanto governava de forma direta uma população "nativa" - que falava púnico e tentava absorver elementos da sua cultura.

Após a conquista romana, uma rede tipicamente romana de cidades surgiu nesta zona de África. Por toda a parte estas cidades tinham as características de cidades imperiais - fóruns, mercados, aquedutos, templos, locais de encontro públicos, ginásios, banhos, bibliotecas, cemitérios, estádios e assim por diante, enquanto que, pelo menos as partes baixas e férteis da região, eram incorporadas num império que definia a boa ordem e a vida civilizada, como urbana. Depois do século IV, a maioria destes centros provinciais entrou em forte declínio ou desapareceu com a queda da autoridade romana.



Cidades islâmicas

Do ponto de vista continental, por mais impressionante que seja este novo desenvolvimento na perspectiva da construção de uma história urbana, parece-se no nosso olhar distante como uma primeira etapa, que foi seguida por uma outra, muito mais longa e abrangente, envolvendo a influência de uma nova religião - o Islão. O Islão teve amplas implicações culturais. É uma religião na qual o comércio podia florescer: fornecia uma garantia que permitia aos comerciantes chegar em segurança a zonas costeiras distantes e estabelecer vínculos de comunidade intelectual e de confiança através da fé. Também é uma religião onde a sociedade urbana é admirada e considerada como modelo de uma vida boa. Os viajantes islâmicos quase sempre enriquecem os seus relatos com uma atenta descrição de devoção e boa moral - ou de outra forma - dos moradores da cidade. Para Ibn Battuta, que visitou Kilwa no século XIV, a devoção do governante, o estado da aprendizagem, a conservação das mesquitas - foram as mais importantes características de todas a serem comentadas. Obviamente, a religião islâmica atraiu povos camponeses e nômadas, assim como moradores urbanos, mas o caminho certo para a prática Islâmica era idealmente centrado na cidade, através de um regime ordenado para o respeito dos seus preceitos.

A islamização do Norte de África durante o século VII levaria ao aparecimento de tanto cidades existentes renovadas, como de cidades inteiramente novas, tais como Kairouan, na atual Tunísia, pioneira no processo de conversão da região, e, é claro, a Cidade Vitoriosa - Cairo, construída onde começa o Delta do Nilo, não muito longe do local da antiga Menfis, que agora desapareceu da história. O Cairo era um verdadeiro sucesso como cidade comercial, após a sua fundação inicial ter sido feita segundo pretextos, essencialmente, militares. Aqui, Ibn Battuta, escrevendo em 1325, só conseguia utilizar superlativos - "senhora de amplas províncias e terras férteis, ilimitada na abundância do seu povo, incomparável em lar e esplendor, ela é o cruzamento de viajantes, a permanência dos fracos e dos poderosos" (RAYMOND, 2001, p. 120). Ainda assim, André Raymond (2001) acredita que os números brutos de até 500.000 pessoas, frequentemente anunciados sobre a população do Cairo islâmico, são exagerados. Ele tem sugerido também, ao contrário da visão tradicional de declínio com o tempo, que o Cairo continuou a crescer durante o período de Mamluk e, depois, no domínio turco, atingindo um pico no final do século XVIII, de talvez 250.000 pessoas e, portanto, comparável às maiores cidades nas margens do Mediterrâneo em outros continentes (*ibid*, 2001). Era certamente a maior cidade africana e durante um longo






Figura 2: Cairo: uma artéria principal na cidade antiga.
Fonte: David Roberts, *The Holy Land, Syria, Idumea, Arabia, Egypt and Nubia*, Vol. 6 (1842). Cortesia de Biblioteca da Universidade de Cambridge.

período maior do que qualquer outra na Europa da época. No entanto, com a expansão do Islão durante muitos séculos, as cidades muçulmanas desenvolveram-se também em outras partes de África, como em Harar, nos limites das montanhas da Etiópia.

As cidades comerciais ao longo da costa da África Oriental eram particularmente diferentes, localizadas geralmente em ilhas por questões de segurança. A zona costeira foi incluída nas rotas de comércio internacional pela natureza favorável das monções, permitindo às embarcações à vela uma navegação relativamente fácil, durante a estação certa, entre África, Arábia, a zona costeira da Índia e mais além. Durante a época romana, senão antes, começaram a ser estabelecidas ligações com os portos do Mar Vermelho e, via Egipto, com o Mediterrâneo. Todavia, as evidências arqueológicas sobre a vida urbana no litoral começam apenas na era islâmica, a partir dos séculos VIII ou IX. A inscrição mais antiga que sobreviveu, é de uma cidade desconhecida na ilha de Zanzibar, datada de 1107, embora se acredite que os vestígios islâmicos de Manda, na costa do Quênia, possam ser datados vários séculos antes. Se a vida comercial destas cidades se estabelecia inicialmente no comércio de marfim e outros produtos da vida selvagem de África, também envolveu a exportação de escravos suficientes para gerar uma revolta no século IX, no que é hoje o Iraque. Posteriormente, o comércio de ouro tornou-se mais importante. A cidade dominante nesse aspecto era Kilwa, na atual Tanzânia. A sua história escrita foi registada no século XVI. Kilwa ostentava um admirável palácio, hoje chamado de Husuni Kubwa, no qual existiu uma vida de luxo, se praticou o ensino islâmico, que conquistou viajantes, possuindo uma localização que possibilitou que a atividade artesanal (produção de tecido de algodão) se tivesse juntado economicamente ao comércio. Foi a única cidade costeira com provas de ter cunhado a sua própria moeda, demonstrando a grande capacidade do estado em regular a atividade comercial. A Mesquita de Sexta-feira, com as suas múltiplas cúpulas, foi ampliada quatro vezes, durante os anos expansivos de Kilwa. O bom estado de conservação das suas ruínas dá-nos uma excelente oportunidade para imaginar como era nos séculos XIV e XV, a época de maior florescimento.

O apogeu de Kilwa pode ser relacionado cronologicamente ao apogeu do Grande Zimbabué, que os historiadores pressupõem que controlava de alguma forma o abastecimento de ouro que chegava à costa de caravana. Neville Chittick (1977) estima a população máxima de Kilwa em mais de onze mil, pequena comparativamente com as maiores cidades no Norte da África. Kilwa tinha muitas construções em pedra com um estilo arquitetónico que Chittick descreve como único do litoral (CHITTICK, 1977). A Kilwa do século XV certamente falava suaíli, embora, sem dúvida, os seus habitantes





gostassem de mostrar a ancestralidade paterna na Arábia, na Pérsia e em outros lugares. O suaíli evoluiu como uma língua bantu influenciada pelo árabe, talvez, desde o século X, e alimentou tanto uma literatura sagrada, como secular. Foi falada ao longo da costa até Mogadíscio. Sob a superfície arabizada da cultura costeira, referências de viajantes, mais do que os achados dos arqueólogos, sugerem que as formas culturais anteriores não tinham desaparecido no século XV. Assim, em cidades muito menos ricas do que Kilwa, a construção em pau-a-pique predominava, assim como nas casas mais pobres em Kilwa. Descrições de homens com tatuagens, e outras pistas, apontam para uma heterogeneidade cultural sobre a qual as ruínas não falam. Mais a norte de Kilwa, ficam Malindi e Mombasa, e outras cidades desenvolvidas na costa do atual Quênia, onde o comércio de ouro não deve ter sido um fator de desenvolvimento. Apesar da sua riqueza, o impacto de Kilwa e outras cidades-entreposto no interior era baixo até ao surgimento de um novo tipo de comércio de caravanas de marfim, que alimentou os circuitos capitalistas internacionais no século XIX, sob a hegemonia de Zanzibar.

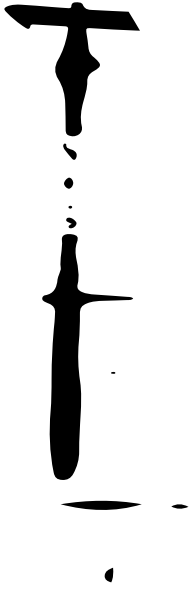
Na África Ocidental, muito antes da época de Zanzibar, o Islão andou de mão dada com o crescimento do comércio transaariano e adquiriu raízes locais cada vez mais profundas. O resultado foi tanto a transformação, em parte por acréscimo, de cidades existentes, tais como Kano ou Djenne, que adquiriram registos gerais do modelo das cidades Islâmicas, mas sem dúvida também, características enraizadas do urbanismo pré-islâmico.

O que realmente entendemos por cidade islâmica? Temos a possibilidade de um modelo normativo implícito para um exemplo - a cidade marroquina de Fez, como ela era sob a dinastia Marinida do século XIV - na monografia clássica do académico francês, Roger le Tourneau (1961). Le Tourneau viu a medina como tendo certos traços característicos de qualquer parte do mundo muçulmano. No entanto, ele também enfatizou a distinção do particular, à "maneira de Fez" (LE TOURNEAU, 1961). Há já muitos séculos atrás, havia uma forte consciência por parte dos seus habitantes, de serem parte da cidade, nitidamente separada do campo, e da cidade ter uma cultura distinta e identificável dentro do vasto território de Marrocos. Existem, talvez, dois elementos comuns às cidades muçulmanas que têm que ser reforçados, precisamente por serem tão gerais. Em primeiro lugar, a obrigatoriedade do estado providenciar as condições adequadas para o culto, o estudo e os ritos de passagem na vida da religião muçulmana. Em Fez, isso representava a construção de mesquitas, algumas de um muito elevado padrão estético, e madraças - escolas que pudessem oferecer

mais do que o ensino básico do Alcorão, para sustentarem a atividade intelectual e jurídica dentro dos confinamentos permitidos, e, também, equipamentos como cemitérios e banhos públicos. As mesquitas poderiam, certamente, ter uma relação harmoniosa com o estado, ou poderiam funcionar como voz crítica de um segmento da população urbana.

Em segundo lugar, Fez teve uma vida económica complexa e importante. Embora as famílias de Fez costumassem possuir jardins fora da cidade, estes lugares não eram propriamente locais de produção agrícola. Era habitual que os alimentos fossem levados de casa para os jardins quando a família quisesse ali comer. Em vez disso, os alimentos eram comprados e parcialmente processados, coletivamente e comercialmente. A cidade de Fez teve grandes mercados e dependia de uma agricultura comercializada na zona rural circundante para se abastecer de alimentos. Como resultado da sua evolução histórica, Fez era composta por duas cidades fisicamente distintas, uma dominada pelo palácio, os militares e o estado (Fez Jdid), e a outra, a Fez antiga - a cidade do povo de Fez - ainda mais virada para a produção e o comércio. Uma infinidade de ofícios era característica em Fez, organizados em corporações que controlavam o acesso à aprendizagem, não muito diferente das práticas europeias mais antigas. Tinham um caráter tão social, quanto profissional. Ao contrário da Europa, no entanto, as corporações não se juntaram para tentar governar a cidade. Isso era considerado uma violação à boa gestão do estado, como um todo. O ofício mais comum, a tecelagem, tinha lugar em cerca de quinhentas oficinas. Parte da produção artesanal de Fez tinha grande circulação em Marrocos e, até certo ponto, mais além, e alguns dependiam de abastecimentos provenientes de outros lugares (têxteis especializados da Europa, ouro da África Ocidental).

Fez não tinha um verdadeiro sistema de autogoverno, comparável aos das cidades clássicas do Mediterrâneo. No entanto, a lei da boa ordem era um dever importante do estado. Havia um governador que mantinha a ordem e controlava o policiamento, um *cadi*, que servia como juiz e administrador religioso, e um *muhtasib*, que presidia à moral da cidade - lidando com pequenas disputas, regulando pesos e medidas, e assim por diante. Num nível mais perto da base social, estavam os bairros das personalidades que mediavam as necessidades populares com os funcionários do estado. Um atributo fundamental da administração de Fez, era o excelente abastecimento de água da cidade, disponível para cozinhar, tomar banho, para fins industriais e para a eliminação de resíduos - a sua manutenção era central para o funcionamento de



toda a cidade. Pelo contrário, Le Tourneau (1961) acreditava que a remoção de outros resíduos era um problema grave que o estado não conseguia resolver.

O Cairo islâmico também consistia em duas cidades distintas nos primeiros séculos: a fortaleza estabelecida pelo estado, Fustat, e a multidão comercial de al-Qahira, da qual a cidade acabou recebendo o seu nome. Fustat foi originalmente fundada em 642 como uma cidade de acampamento, após a conquista árabe do Egito, enquanto al-Qahira, fundada em 969, era a cidade comercial que surgiu nos séculos posteriores. Foi Saladino, no século XII, quem iniciou o processo de construção de uma grande muralha em volta de ambas as cidades, que cimentou a sua integração e substituiu as ideias islâmicas originais sobre a função urbana. Nessa altura, o Cairo tinha-se tornado o lugar de grandes bibliotecas, belas mesquitas, espetaculares representações cerimoniais e um repositório de artes decorativas. Além disso, embora o Egito, ao contrário de Marrocos, mantenha até hoje uma população nativa cristã, a maioria da sua população era então islamizada, o que também facilitou a integração da cidade. No Egito, os cristãos e judeus ficaram em grande medida confinados em bairros diferentes, onde os seus representantes administravam a justiça local no que dizia respeito às rixas da vida quotidiana.

Grandes avenidas comerciais percorriam todo o comprimento da cidade, paralelas ao Nilo, mas isto deu lugar a travessas estreitas e ruas de bairro sinuosas, por sua vez ligadas a uma rede quase impenetrável de ruelas e becos. Estes pequenos bairros, ferozmente defendidos pelos jovens, caso se sentissem ameaçados por forasteiros, eram o coração da vida urbana.

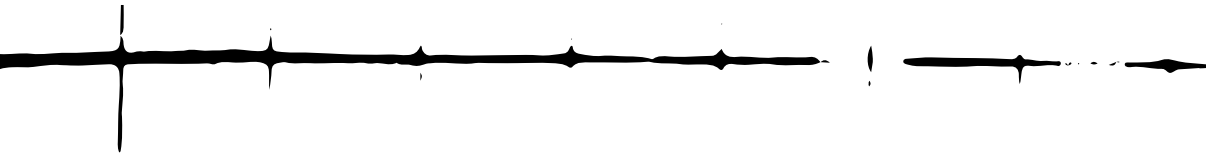
O hará, ou bairro, era frequentemente acessível apenas por um portão, que tinha um modesto local de culto e um pequeno mercado. Lojas minúsculas vendiam comida cozinhada que era frequentemente comprada, em vez de ser preparada nas habitações superlotadas.

Se as casas dos mais abastados tinham algum adorno externo nas formas de portas esculpidas, de forma geral o conforto e a riqueza concentravam-se nos pátios internos e nos corredores totalmente escondidos do público. No entanto, a densidade da vida urbana era tal que, no século XII, muitas pessoas da classe média viviam em blocos de apartamentos de até sete andares. No período de Mamluk, durante os séculos XIV e XV, existiam construções ainda mais impressionantes: enormes pousadas

ou acampamentos que ocupavam quarteirões inteiros da cidade, interligados com complexos de apartamentos nos andares superiores. Cairo era impressionante pelas suas diversas e complexas instituições sociais, tais como al-Azhar, o complexo da mesquita que servia de universidade teológica internacional, ou o *maristan* (hospital) de Qalawun que datava a partir do século XIII. Este hospital, dividido em duas zonas diferentes por género dos pacientes, podia alimentar e manter limpos os leitos de um grande número de pessoas, e nele havia médicos cujo trabalho estava vinculado ao hospital. Diz-se que aí chegavam cerca de quatro mil pacientes por dia. A estrutura estava ligada a uma madraça e a um mausoléu que sobrevive até hoje.

O Cairo não tinha bairros pobres da maneira como são considerados pelos urbanistas modernos. Era uma cidade onde a maioria dos pobres vivia de forma integrada com as famílias mais influentes, como servos e escravos. No entanto, se as evidências posteriores puderem ser extrapoladas para trás, a periferia urbana abrigava migrantes e pobres que pelo menos nos últimos tempos moravam em complexos de pátios superlotados, de propriedade privada de senhorios. Le Tourneau vê esses migrantes, também encontrados em Fez, como potenciais novos participantes da cidade, com boas possibilidades de serem integrados ao longo do tempo, nos mundos comercial e artesanal.

Cidades como Fez e Cairo foram por vezes atingidas por pragas terríveis, embora nenhum desses desastres pareça ter criado devastação a ponto de impedir o crescimento das cidades por longos períodos de tempo. A água era uma questão vital para o Cairo. As fontes da cidade eram um serviço fundamental para a população. O tráfego de rodas não era permitido na cidade, onde os carregamentos de mercadorias, bem como o da água, dependiam de um suprimento intensivo que era feito por burros. Havia burros para alugar em todos os lugares, o que não é surpreendente, dado o tamanho da cidade. Talvez quinze mil burros fossem enviados, duas vezes por dia, do rio para fornecer água para a cidade. Observar o Nilómetro, que media a altura do rio mediante as oscilações sazonais, foi outra atividade importante. Tanto Fustat, quanto al-Qahira, foram construídos bem a leste do rio, que tendia a desviar os seus canais sempre mais para aquela direção, levando a grandes desafios em termos de abastecimento de água. A gestão dos resíduos sólidos foi também uma grande preocupação. Ocasionalmente eram organizadas grandes limpezas nas ruas principais, mas não havia um meio sistemático para lidar com o lixo. De noite, era suposto os donos de casa acenderem velas, para aumentar a segurança nas ruas. Na verdade, a cidade do Cairo tinha uma reputação de baixos índices de criminalidade. As ruas



dos bairros não eram frequentadas por estranhos depois de escurecer, e o *hara* já costumava estar fechado.

O Cairo tinha a estrutura de autoridade municipal, responsável perante o estado, que se tornou progressivamente mais complexa. Ainda assim, debaixo da superfície administrativa, quem sabe porque o Islão não tinha real espaço para iniciativas municipais e autonomia, a tendência para autorregulação por parte de uma população urbana rica e diferenciada surgia em vários locais, excluindo o estado tanto quanto possível. De acordo com Stambouli e Zghal (1976), existia uma tensão generalizada nas cidades Islâmicas do Norte de África, entre o desejo de autonomia urbana e dependência no estado, que por sua vez se aproveitava da riqueza urbana o melhor que conseguia (STAMBOULI; ZGHAL, 1976). A verdadeira riqueza das cidades do Norte de África veio do comércio - o comércio transaariano de ouro antes do século XVII em alguns casos, mas de forma geral o comércio trans-mediterrânico que enriqueceu Túnis, por exemplo, e as incursões de piratas contra embarcações cristãs, em geral. Stambouli e Zghal dão mais ênfase, do que le Tourneau, no poder das corporações, bem como na importância das irmandades na união dos homens muçulmanos entre si. Os autores também reforçam a presença de pessoas pobres, geralmente de pouca importância para comerciantes, artesãos e lideranças religiosas, mas não inconsequentes (*ibid*, 1976).

Ao mesmo tempo, as divisões internas nas cidades eram muitas vezes profícuas. As cidades Islâmicas tinham geralmente bairros definidos segundo as etnias ou ofícios específicos, e que podem mostrar ou explorar profundas divisões culturais. Smith (1987) apontou, para as cidades do atual norte da Nigéria, que a justaposição de bairros étnicos ajudou a definir e a motivar a vida urbana (SMITH, 1987). Por volta do século XV, a sub-comunidade mais dramaticamente segregada de Fez, era a dos judeus, posteriormente removidos, aparentemente após uma história de disputas, da cidade velha para a cidade real, onde começaram a viver num gueto - *mellah*, e eram associados a determinados negócios, como trabalhar com metais preciosos e algumas formas de comércio. Mas os primórdios de Fez (cuja fundação foi no século IX) tinham, de facto, duas fações rivais bem distintas, uma relacionada com Kairouan, virada para leste, e a outra com Al-Andalus, em Espanha, virada para norte. As relações entre as duas fações costumavam ser tensas e podiam levar à violência. Esta divisão básica foi eliminada pela unificação no século XI; no entanto, embora largas avenidas ligassem as principais zonas de Fez, era ainda difícil progredir ao longo das estradas estreitas construídas apenas para pedestres e mulas. Os bairros permaneceram fortemente de-



marcados através de subdivisões culturais importantes. Até mesmo algumas avenidas de ligação eram fechadas após o anoitecer ou em outras ocasiões. Os festivais e as lutas organizadas entre jovens eram estruturados em termos de bairros específicos, mantendo vivas as rivalidades.

Essas formas sociais ecoam na cidade do Cairo, mas são igualmente as mais importantes características que o antropólogo dos EUA, Horace Miner (1953), relatou sobre Timbuktu, na região desértica do atual Mali, quando pesquisou esta cidade, na véspera da Segunda Guerra Mundial, uma época que, aparentemente, preservava muitas características antigas. Uma separação étnica tripla (mediada, obviamente, pelo domínio imperial francês) caracterizava a vida social, embora os três grupos fossem muçulmanos. O relato de Miner contém uma descrição fascinante de uma forma tradicional de futebol, onde as rivalidades entre os grupos recebiam expressão legítima, mas muitas vezes violenta. O intercassamento (ao contrário das relações sexuais com fins comerciais) entre os diferentes grupos era raro, embora um desses grupos devesse a sua formação original a uniões entre norte-africanos, soldados marroquinos e mulheres shongay da África Ocidental e assim foi definida (MINER, 1953).

A evidência arqueológica da vida na cidade, no oásis saariano de Awdaghost (localizado na Mauritânia de hoje), sugere que muito cedo (por volta do século XII), o modelo *madina* começou a dominar no sul. No entanto, na África Ocidental, cidades como Kano, Katsina e Zaria incluíam elementos de uma vida social e urbana mais antiga, assim como influências muçulmanas anteriores, pelo menos antes da transformação posterior numa direção islâmica mais clássica, depois das guerras religiosas do início do século XIX. Estas guerras visavam exatamente eliminar os elementos pagãos da vida da comunidade, enquanto acolhia um elemento radical de oposição ao governo arbitrário, que realmente transcendia a questão da sobrevivência pagã.

Um primeiro estágio de interação na África Ocidental deve ter frequentemente envolvido a construção separada de cidades muçulmanas, onde moravam especialmente muçulmanos estrangeiros, como está relatado no caso do Gana do século XI. Mais tarde, surgiram cidades mais unificadas, com alguma aderência muçulmana generalizada. Foram construídas mesquitas, como a magnífica de Djenne, feitas de terra. A aprendizagem islâmica fundou uma base e o estado aceitou muitas formas muçulmanas, mas, por dentro das muralhas da cidade (e em muito maior escala, fora delas), outras formas e estruturas de crenças mais antigas permaneceram fortes, até 1800. Quando, no final do século XVII, Kano foi ameaçada de devastação pelo poder de Kwararafa, um estado não muçulmano mais a sul, os defensores fizeram votos a



"Chibiri e Bundun", espíritos da antiguidade (ADELEYE apud AJAYI; CROWDER, 1972, p. 511).

O *Dirki*, um Alcorão usado como objeto relacionado ao sacrifício de animais, continuou a ser um objeto sagrado por muito tempo, para os kanawa. Katsina, uma cidade muito mais perto do Saara, era, por contraste, o centro movimentado dos bairros muçulmanos de todo o Sudão central e além - tuaregues, árabes e assim por diante. Como Timbuktu, Katsina era orgulhosamente ortodoxa.

A tributação dos mercados, às vezes ao ponto de gerar amargo ressentimento, era uma importante fonte de riqueza real. Quando Hugh Clapperton visitou Kano em 1826, pôde registar a presença de um grande mercado que funcionava sete dias por semana, no qual os feirantes pagavam receitas "reguladas com a maior justiça" a um administrador (HODGKIN, 1975, p. 287). Havia grandes quantidades de alimentos, incluindo cereais, grãos e carne, mas o costume do cultivo dentro das muralhas continuou a ser essencial. O século XIX certamente viria a testemunhar outra fase, mais ampla e profunda, do quão o Islão agregou à cultura urbana da África Ocidental.

Nos lugares onde as cidades africanas foram profundamente influenciadas pelo Islão, estas características parecem ocorrer repetidamente: divisões étnicas internas e outras divisões que definiam bairros específicos que tinham a capacidade de juntar à arte estatal, uma ética cultural urbana distinta, uma economia genuinamente urbana que podia ser separada do estado (exceto nos casos em que o próprio estado se apoiava de forma tão transparente na actividade comercial, como nas cidades do litoral da África Oriental, outro elemento precisa de ser acrescentado - o Palácio de Husuni Kubwa, em Kilwa, que era ostensivamente contíguo às instalações comerciais e espaços de armazenamento), e a marca arquitectónica do Islão, embora, com muitas variações ao longo do tempo e do espaço.

Nas partes anteriores deste artigo examinámos o crescimento das aglomerações urbanas em muitas regiões, na maioria dos casos muito gradual, ou reversível, onde o surgimento de grandes assentamentos continha tanto elementos urbanos, como não-urbanos, nos quais a divisão entre cidade e campo não funcionava como é convencionalmente imaginado por sociólogos urbanos. Esta parte do texto, trouxe, assim, para primeiro plano, um novo elemento - a distinta separação da cidade e do campo, como uma esfera urbana autónoma sem precedentes, de tal forma, que representa uma evolução, ou inovação, de importância fundamental na história urbana africana.

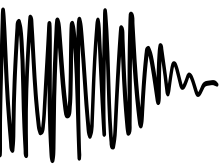
Leituras selecionadas:

Muito do material neste artigo provém de relatos fragmentados em histórias mais amplas. Há, no entanto, excelentes capítulos relevantes em David Anderson & Richard Rathbone, orgs., *Africa's Urban Past* (Oxford & Portsmouth, NH: James Currey & Heinemann, 2000) incluindo McIntosh sobre a Nigéria Central, Thornton sobre Mbanza Kongo, e Phillipson sobre Akum. O livro de Catherine Coquery-Vidrovitch, *Histoire des villes d'Afrique noire dès origines à la colonisation* (Paris: Albin Michel, 1993) é muito rico em ideias. Um estudo anterior a consultar é o de Richard Hull, *African Cities and Town Before the European Conquest* (Nova Iorque: W. W. Norton, 1976).

Sobre o Grande Zimbabué e o seu contexto, ver D. N. Beach, *Zimbabwe Before 1900* (Gweru: Mambo Press, 1984); P. S. Garlake, *Life at Great Zimbabwe* (Gweru: Mambo Press, 1984); Martin Hall, *The Changing Past: Farmers, Kings and Traders in Southern Africa 200-1860* (Cape Town & Johannesburg: David Philip, 1987), e Thomas Huffman, *Snakes and Crocodiles: Power and Symbolism in Ancient Zimbabwe* (Joanesburgo: Witwatersrand University Press, 1996). Sobre as agro-cidades do Botswana, devo muito a Neil Parsons, "Settlement in East-Central Botswana c. 1820-1900" em R. Renee Hitchcock & Mary Smith, orgs., *Settlement in Botswana: the historical development of a human landscape* (Marshalltown: Heinemann, 1982).

O urbanismo Yoruba é tratado num artigo clássico de William Bascom, "Urbanization among the Yoruba", *Africa*, XL, 1955. Trabalhos posteriores incluem o rico material de Peter Lloyd, A. L. Mabogunje, & B. Awe, *The City of Ibadan* (Cambridge: Cambridge University Press, 1967), Robert Smith, *Kingdoms of the Yoruba* (Londres: Methuen, 1969); Robin Law, "Towards a History of Urbanization in Pre-Colonial Yorubaland" em Christopher Fyfe, org., *African Historical Demography* (Edimburgo: University of Edinburgh Centre for African Studies, 1971); J. D. Y. Peel, *Ijeshas and Nigerians: the incorporation of a Yoruba Kingdom, 1890s-1970s* (Cambridge: Cambridge University Press, 1983), e Ruth Watson, *'Civil Disorder is the Disease of Ibadan': chieftaincy and civic culture in a Yoruba city* (London, Ibadan, & Athens, OH: James Currey, Heinemann & Ohio University Press, 2003). Compare com as incríveis descrições da vida urbana em Asante no livro de Ivor Wilks: *Asante in the Nineteenth Century: the structure and evolution of a political order* (Cambridge: Cambridge University Press, 1975). Sobre a Etiópia, o artigo de Ronald Horwath "The Wandering Capitals of Ethiopia," *Journal of African History*, X(2), 1969, 205-20 por ser atualizado com o texto de Donald Crummey, *Land and Society in the Christian Kingdom of Ethiopia from the Thirteenth to the Twentieth Centuries* (Oxford: James Currey, 2000).





As minhas fontes sobre o antigo Egito incluem Guillemette Ardreu, *Egypt in the Era of the Pyramids* (Londres: John Murray, 1997); Barry Kemp, *Ancient Egypt: Anatomy of a Civilization* (Londres & Nova Iorque: Routledge: 1989), Elizabeth Riefstahl, *Thebes in the Time of Amenhotep III* (Norman: University of Oklahoma Press, 1964); John Romer, *Ancient Lives: The Story of the Pharaoh's Tombmakers* (Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1984), e Dorothy Thompson, *Memphis under the Ptolomies* (Princeton: Princeton University Press, 1988).

Relativamente à era de Cartago e Alexandria, recorri, para Cartago, a Gilbert e Colette Charles-Picard, *Daily Life in Carthage at the time of Hannibal* (Londres: George Allen & Unwin, 1961), e Serge Lancel, *Carthage* (Paris: Fayard, 1992) e sobre Alexandria, os esplêndidos livros de Richard Alston *The City in Roman and Byzantine Egypt* (Nova Iorque & Londres: Routledge, 2002), Michel Chauveau, *Egypt in the Age of Cleopatra* (Ithaca: Cornell University Press, 2000), Jean-Yves Empereur, *Alexandria, Past, Present and Future* (Londres: Thames & Hudson, 2002), P.M. Fraser, *Ptolemaic Alexandria* (Oxford: Clarendon Press, 1972), e Richard Todd, *Popular Violence and Internal Security in Hellenistic Alexandria* (Berkeley: University of California Press, 1963). Os textos de R. C. C. Law "North Africa in the Period of Phoenecian and Greek Colonization c.800 to 323 BC" e "North Africa in the Hellenistic and Roman Periods 323 BC to AD 305" (ambos em J. D. Fage, org., *Cambridge History of Africa*, II [Cambridge: Cambridge University Press, 1978] p. 107-47 e p. 148-209, respetivamente) abrangem ambas as cidades em discussões resumidas e são provavelmente mais acessíveis para leitores africanos e africanistas, do que as referências classicistas.

Sobre cidades islâmicas na África Mediterrânica, uma declaração clássica escrita em inglês, pode ser encontrada em F. Stambouli & A. Zgal, "Urban life in Pre-Colonial North Africa," *British Journal of Sociology*, XXVIII, 1976, 1-20. O livro de Roger le Tourneau, *Fez in the Age of the Marinides* (Norman: University of Oklahoma Press, 1961) tem sido extensamente utilizado. Ver também Mohamed Chérif, *Ceuta aux époques almodhade et mérinide* (Paris: L'Harmattan, 1996) para uma cidade marroquina mais pequena. Existem alguns livros notáveis sobre o Cairo antigo, tais como: Wladyslaw Kubiak, *al Fustat: its Foundation and Early Urban Development* (Varsóvia: Warsaw University Press, 1982), Max Rodenbeck, *Cairo: the City Victorious* (Londres: Picador, 1998), Gaston Wiet, *Cairo: City of Art and Commerce* (Norman: University of Oklahoma Press, 1964), Janet Abu Lughod, *Cairo: One Thousand Years of the City Victorious* (Princeton: Princeton University Press, 1971), e, acima de tudo, André Raymond, *Cairo: City of History* (Cambridge, MA: Harvard University Press & Cairo: American University in Cairo Press, 2001).

Sobre a costa da África Oriental, as fontes comuns devem incluir Neville Chittick, "The East Coast, Madagascar and the Indian Ocean" em Roland Oliver, org., *Cambridge History of East Africa*, III (Cambridge: Cambridge University Press, 1977), p. 183-231, e John Sutton, *A Thousand Years of East Africa* (Nairobi: British Institute in Eastern Africa, 1990). Relativamente ao Sahel, o equivalente pode ser encontrado em H. J. Fisher, "The Eastern Maghrib and the Central Sudan", em Oliver, como acima, p. 232-330, e Nehemiah Levtzion, "The Early States of West Africa," I (Londres & Nova Iorque: Longmans & Columbia University Press, 1972), p. 120-57. Para uma perspectiva antropológica muito mais tardia, ver Horace Miner, *The Primitive City of Timbuctoo* (Nova Iorque: Doubleday, 1953) porque é muito interessante. Ver também E. Ann McDougall, "The View from Awdaghost: War, Trade and Social Change in the Sahara from the Eighth to the Sixteenth Centuries" *Journal of African History*, XXVI, (1985). Para a Savana Central, ver H. F. C. Smith, "The Early States of the Central Sudan" em Ajayi & Crowder, como acima, p. 158-201, e [como Abdullahi Smith] "Some Considerations Relating to the Formation of States in Hausaland" em *A Little New Light: Selected Historical Writings* (Zaria: Abdullahi Smith Centre for Historical Research, 1987), p. 59-79.

Referências

AJAYI, J. F. A.; CROWDER, M. **History of West Africa**, Vol. I. Londres; Nova Iorque: Longmans & Columbia University Press, 1972.

ALSTON, R. **The City in Roman and Byzantine Egypt**. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2002.

BEACH, N. **Zimbabwe Before 1900**. Gweru: Mambo Press, 1984.

CHITTICK, N. The East Coast, Madagascar and the Indian Ocean. In: OLIVER, R. (Org.). **Cambridge History of East Africa, III**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p. 183-231.

CRUMMEY, D. **Land and society in the Christian land of Ethiopia from the thirteenth to the fifteenth century**. Oxford: James Currey, 2000.

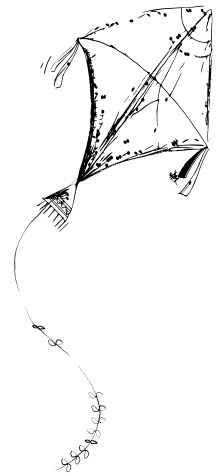
DAPPER, O. **Naukeurige Beschrijvingen der Afrikaensche gewesten**. Amsterdão, 1668. Disponível em: <https://archive.org/details/>

[gri_33125009359999/page/n7/mode/2up?view=-theater](https://www.gri_33125009359999/page/n7/mode/2up?view=-theater). Arquivo consultado em 2 mar. 2022.

HODGKIN, T. **Nigerian Perspectives: An Historical Anthology**. Londres: Oxford University Press, 2ª edição, 1975.

HUFFMAN, T. **Snakes and Crocodiles; Power and Symbolism in Ancient Zimbabwe**. Joanesburgo: University of Witwatersrand Press, 1996.

KEMP, B. **Ancient Egypt: Anatomy of a Civilisation**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1989.



- LE TOURNEAU, R. **Fez in the Age of the Marinides**. Norman: University of Oklahoma Press, 1961.
- LLOYD, P.; MABOGUNJE, A. L.; AWE, B. **The City of Ibadan**. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- MINER, H. M. **The Primitive City of Timbuctoo**. Nova Iorque: Doubleday, 1953.
- PARSONS, N. Settlement in East-Central Botswana c.1820-1900. In: HITCHCOCK, R. RENEE; SMITH, M. (Org.). **Settlement in Botswana: The Historical Development of a Human Landscape**. Marshalltown: Heinemann, 1982), p. 120.
- PEEL, J. D. Y. **Ileshas and Nigerians: The Incorporation of a Yoruba Kingdom, 1890s-1970s**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- PHILLIPSON, D. W. Aksumite urbanism. In: ANDERSON, D.; RATHBONE, R. (Org.). **Africa's Urban Past**. Oxford; Portsmouth, NH: James Currey & Heinemann, 2000.
- RAYMOND, A. **Cairo: City of History**. Cambridge, MA & Cairo: Harvard University Press and American University of Cairo Press, 2001.
- ROBERTS, D. **Holy Land, Syria, Idumea, Arabia, Egypt and Nubia**, Vol. 6. Cambridge: Biblioteca da Universidade de Cambridge, 1842.
- ROMER, J. **Ancient lives. The story of the Pharaoh's Tombmakers**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1984.
- SMITH, A. Some Considerations Relating to the Formation of States in Hausaland. In: SMITH, A. **A Little New Light: Selected Historical Writings of Professor Abdullahi Smith**, Vol. 1. Zaria: Abdullahi Smith Centre for Historical Research, 1987, p. 59-79.
- STAMBOULI, F.; ZGHAL, A. Urban life in Pre-Colonial North Africa. **British Journal of Sociology**, XXVIII, 1976, p. 1-20.
- WIET, G. **Cairo: City of Art and Commerce**. Norman: University of Oklahoma Press, 1964.
- WILKS, I. **Asante in the Nineteenth Century: The Structure and Evolution of a Political Order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

Notas

1 Nota dos editores: A versão original deste artigo foi publicada em 2007 com o título *Urban life emerges in Africa* no livro *The African City: A History*, da autoria de Bill Freund e publicado pela Cambridge University Press. Os direitos de publicação e reprodução são propriedade da Cambridge University Press. Agradecemos a Robert Morrell, representante literário de Bill Freund, que intermediou e financiou a autorização da editora Cambridge University Press para tradução deste capítulo para Português. Este artigo foi traduzido para o português de Portugal. Os editores decidiram acolher neste dossiê as múltiplas grafias da língua portuguesa, conforme é escrita em cada um dos países lusófonos.

2 Resolução ceb nº 3, de 10 de novembro de 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0399.pdf>. Acesso em 3 mar. 2022.

